CURRÍCULO INTEGRADO NO CHÃO DA ESCOLA: concepções em disputa na sua materialidade¹

INTEGRATED CURRICULUM INSIDE THE SCHOOL:
conceptions in dispute in their materiality

CURRÍCULO INTEGRADO EN LA ESCUELA:
concepciones en disputa en su materialidad

*Rosane de Abreu Farias²
Marise Nogueira Ramos³*

Resumo: como forma de perceber a materialidade das concepções relativas à educação profissional, o presente texto objetiva apresentar o resultado de pesquisa realizada com docentes atuantes no Curso Técnico de Nível Médio em Edificações integrado ao Ensino Médio na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana pertencente à Rede FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica – do Rio de Janeiro. A pesquisa buscou captar a historicidade de um fenômeno – a política de educação profissional baseada na concepção de formação integrada – em seus aspectos conceituais e empíricos, sendo orientada pelas categorias do método histórico-dialético – historicidade, mediação, contradição – e do objeto – dualidade educacional, concepção da educação, finalidade do conhecimento, organização curricular.

Palavras-chave: Currículo Integrado – Educação Profissional – Ensino Médio Integrado.

Abstract: as a way of perceiving the materiality of conceptions related to professional education, the present text aims to present the result of research carried out with teachers working in the Professional Course of Middle Level in Buildings integrated to the High School in the State Professional School Ferreira Viana belonging to the FAETEC Network - Foundation

¹ Este texto é produto da dissertação apresentada por Rosane de Abreu Farias ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada *"Ensino Médio Integrado na Rede FAETEC: do tecnicismo à uma nova concepção da educação profissional?"* orientada pela Prof^a Dr^a Marise Nogueira Ramos, abril/2016, realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES): Código de Financiamento 001.

² Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua como Supervisora Educacional da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Governo do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: ro.afarias@gmail.com

³ Doutora em Educação (UFF), com pós-doutorado em Etnossociologia do Conhecimento Profissional (UTAD/Portugal). Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Professora Associada da Faculdade de Educação da UERJ. Docente do quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde (EPSJV/Fiocruz) e em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). E-mail: mramos@fiocruz.br

of Support to the Professional School - of Rio de Janeiro. The research sought to capture the historicity of a phenomenon - the professional education policy based on the conception of integrated training - in its conceptual and empirical aspects, being guided by the categories of historical-dialectical method - historicity, mediation, contradiction - and object - duality educational design, education design, knowledge purpose, curricular organization.

Keywords: Integrated Curriculum - Professional education - Integrated High School.

Resumen: en el presente texto se pretende presentar el resultado de investigación realizada con docentes actuantes en el Curso Técnico de Nivel Medio en Edificaciones integrado a la Enseñanza Media en la Escuela Técnica Estadual Ferreira Viana perteneciente a la Red FAETEC - Fundación de Apoyo a la Escuela Técnica - de Río de Janeiro. La investigación buscó captar la historicidad de un fenómeno - la política de educación profesional basada en la concepción de la formación integrada- en sus aspectos conceptuales y empíricos, siendo orientada por las categorías del método histórico-dialéctico - historicidad, mediación, contradicción - y del objeto - dualidad educativa, concepción de la educación, finalidad del conocimiento, organización curricular.

Palabras clave: Currículo Integrado - Educación Profesional - Enseñanza Media Integrada.

Introdução

Refletir sobre o papel da educação profissional da atualidade implica defendê-la como um direito social, especialmente de parcela da população brasileira que tem sido historicamente excluída e relegada ao segundo plano quanto ao acesso à educação de qualidade. Políticas públicas que se ocupem dessa problemática têm sido elaboradas teoricamente, porém pouco se sabe em termos práticos o que realmente deve ser feito ou de que forma se deve fazê-lo.

Concordamos com Kuenzer (2011) quando afirma que a escola não é capaz de superar a dualidade estrutural. Porém, a educação pode instrumentalizar a classe trabalhadora para lutar por esta superação. Assim, a percepção de seu sentido ético-político é condição para que se firma o compromisso com uma formação da classe trabalhadora na perspectiva da emancipação humana.

O fato de a classe trabalhadora, para produzir sua existência, precisar se inserir precocemente no mercado do trabalho, acaba produzindo o senso comum de que a educação profissional teria estritamente a finalidade de formar os jovens desta classe para tal inserção. Transmuta-se assim, a educação profissional, de ideal democrático em exatamente o seu oposto, uma vez que, ao invés de se ampliar formação de jovens para sua atuação social e profissional autônoma e consciente e ampliar seus horizontes de prosseguimento de estudos, restringe-se cada vez mais seu acesso ao conhecimento e se direciona a formação para a reificação de sua condição de classe subalterna.

O sentido ético-político da integração, ao contrário, constitui-se como elemento fundamental da concepção de formação integrada. Ao ser compreendido como compromisso com a superação da dualidade educacional, este sentido orienta a concepção de educação profissional, a finalidade do conhecimento e a organização curricular para a formação humana na perspectiva ontocriativa. Porém, se compreendido de forma estritamente econômica, encaminha a concepção de educação, a finalidade do conhecimento e a organização curricular para uma perspectiva de

formação de capital humano adequado ao mercado de trabalho, promovendo a manutenção da dualidade educacional.

Com base na categoria contradição, apoiamos nossa análise na seguinte afirmação de Ramos (2006, p. 283):

Considerando que as legislações, mais do que documentos jurídicos são expressão da luta política em torno da função da educação, percebemos que as instituições promovem uma recontextualização das normas em suas realidades específicas e, assim, as reconstróem no âmbito de outras disputas travadas em seu próprio interior. Devido a um movimento dinâmico e contraditório que ocorre na relação entre Estado e sociedade civil, estruturas burocráticas e estruturas pedagógicas, dirigentes institucionais e comunidade escolar, nenhuma reforma se implanta tal como foi concebida, ainda que se desenvolva sob a hegemonia de um ideário político-pedagógico.

Nesta perspectiva, como forma de perceber a materialidade das concepções relativas à educação profissional, o presente texto objetiva apresentar o resultado de pesquisa realizada com docentes atuantes no Curso Técnico de Nível Médio em Edificações integrado ao Ensino Médio na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana pertencente à Rede FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica – do Rio de Janeiro.

A opção pelo referido curso deveu-se à percepção, no período de elaboração das matrizes integradas, de que o Curso Técnico em Edificações apresenta especificidades que demonstram a necessidade de uma formação humana baseada na totalidade dos conhecimentos, ou minimamente, que requerem uma maior interdisciplinaridade em sua organização curricular.

Por tratar-se de uma pesquisa que busca captar a historicidade de um fenômeno – a política de educação profissional baseada na concepção de formação integrada – em seus aspectos conceituais e empíricos, procuramos discutir dificuldades e contradições para a superação da dualidade educacional desafiados por essa concepção, a partir da compreensão manifestada pelos docentes do curso estudado na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.

Tentamos escapar de uma análise que se detivesse à visão subjetiva dos entrevistados sobre o fenômeno. Ao contrário, entendemos que esses sujeitos expressam nas suas falas as relações sociais que os levam a apreender a realidade de determinada forma. Menos que suas interpretações, desejamos captar manifestações dessas relações. Por isto, tanto as questões que lhes foram apresentadas, quanto a análise que se procedeu, foram orientadas pelas categorias do método histórico-dialético – historicidade, mediação, contradição – e do objeto – dualidade educacional, concepção da educação, finalidade do conhecimento, organização curricular – que permitiram entender as relações estabelecidas entre a política de educação profissional e os depoimentos dos docentes que a implementam todos os dias.

Pelo fato de as falas dos docentes manifestarem relações sociais nas quais eles foram formados e exercem suas funções, foi necessário retornar às políticas educacionais como expressões dessas concepções e, por consequência, captar mediações responsáveis por sua difusão no sentido de se tornarem hegemônicas.

Constatamos que o Decreto Federal nº 5.154/2004, apesar de se opor à concepção de formação subjacente às revogadas Leis nº 5.692/1971 e 7.044/1982, ao se

implantarem cursos técnicos integrados ao ensino médio, muitas vezes se aproximam dessas leis, provocando alguns equívocos de compreensão da formação integrada por parte dos docentes.

O primeiro equívoco que identificamos relaciona-se à integração da formação geral com a formação profissional. Entende-se que não se trata da mesma forma de integração proposta pela duas leis; ainda que utilizem o mesmo termo, a conceituação elaborada a partir do Decreto nº 5.154/2004 é um contraponto a da Lei nº 5.692/1971. Além disto, a flexibilização à obrigatoriedade da profissionalização no então 2º. Grau proporcionada pela Lei nº 7.044/1982, possibilitando a oferta de uma formação geral de caráter propedêutico para determinada classe, é exatamente oposta à possibilidade construída pelo referido decreto, que em sua concepção de formação assegura a formação geral como a que propicia os fundamentos da formação profissional, e desta forma configura-se em tentativa de superação da dualidade educacional, ou seja, travessia para a utopia da educação politécnica (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Relacionando as legislações com teorias da educação, identificamos que a Lei nº 5.692/1971 foi expressão jurídica da Teoria do Capital Humano e do tecnicismo educacional; a Lei nº 7.044/1982 reiterou essa expressão, porém incorporando alguma contradição da realidade social; o Decreto nº 2.208/1997, por sua vez, manifestou a Pedagogia das Competências, na qual o mesmo tecnicismo da Teoria do Capital Humano se revelou; finalmente, o Decreto nº 5.154/2004 constituiu-se na tentativa, também no plano jurídico, de objetivar a formação integrada.

Foram realizadas entrevistas com oito professores do Curso Técnico de Edificações de uma escola (ou mais de uma) da Rede FAETEC/RJ. Para analisar as entrevistas inspiramo-nos nas técnicas de análise de conteúdo de Bardin (2004), tendo-nos apropriado dos seguintes momentos dessa abordagem: a *leitura flutuante* foi realizada por meio da audição de todas as entrevistas e a transcrição de recortes temáticos seguindo a *regra de pertinência para escolha dos documentos*, selecionando assim as *unidades de contexto* associadas às categorias de análise do objeto. Apresentamos, a seguir, alguns resultados da pesquisa, com base em nossas categorias de análise.

Sobre a concepção de educação

Pode-se perceber que não há apenas um discurso em relação à concepção de educação a ser desenvolvida em uma escola técnica. A ideia construída socialmente de que o ensino profissional é destinado àqueles que necessitam de inserção no mercado de trabalho, em sua perspectiva assistencialista, ainda prevalece. Porém, a contradição instituída pela Revolução Científico-Tecnológica das últimas décadas, realiza-se na forma como sete, dos oito docentes entrevistados, percebem as mudanças no mercado de trabalho. Esta é sinalizada, principalmente, pelo uso da informática, com a necessidade de adaptação da formação no sentido de se ampliar, deixando de ser uma formação apenas técnica direcionada ao posto de trabalho, para requisitar a formação mais generalista no sentido da compreensão do processo de trabalho. Nenhum dos entrevistados mencionou a formação polivalente como a requerida pelo mercado, mas sim que ao profissional atual é requerida uma visão ampliada da produção, uma visão do todo.

É verdade que esta compreensão se demonstrou pautada, em boa medida, no pragmatismo/utilitarismo de se formar o técnico necessário ao processo produtivo. Mesmo assim, ela guarda em si a necessidade de se incorporar à formação dos estudantes as dimensões da produção da cultura e da ciência, sinalizando para o que Saviani (2003) denomina como germen da politecnia.

Se os processos de produção forem compreendidos como particularidades da totalidade social, a importância de se ter uma visão ampliada sobre este, tal como manifestam a maioria dos doentes, necessariamente nos remeteria à necessidade de se apreender suas múltiplas determinações. Estas não são somente de ordem técnica e/ou organizacional, mas também de ordem econômica, política, social, cultural, dentre outras. No currículo assim orientado, os conhecimentos de formação geral tornam-se necessários, assim como as relações entre esses e os conhecimentos considerados de formação específica.

Por isto, o sentido filosófico da integração se desdobra nos seus sentidos epistemológico – pois os conteúdos de ensino passam a ser compreendidos como conhecimentos produzidos pelo homem mediante a apreensão dos fundamentos e leis gerais dos fenômenos – e pedagógico, pois os processos de ensino-aprendizagem visariam a que os estudantes aprendessem os conteúdos de ensino como um conjunto de relações. Desta forma, o processo de produção para o qual os estudantes estão sendo formados deixa de ser visto somente como um ramo do setor produtivo onde se podem encontrar postos de trabalho, para ser visto como uma manifestação concreta de como os seres humanos foram produzindo sua existência movidos pela possibilidade de se construir melhores condições de vida. Explica-se assim, novamente, porque qualquer processo de produção é constituído por mediações não somente científicas, técnicas e tecnológicas, mas também históricas, sociais, econômicas, culturais etc.

Porém, considerando a evolução histórica da legislação educacional brasileira, percebe-se o movimento pendular da concepção de educação profissional, ora como uma dimensão da formação integral do sujeito, porém com bases na perspectiva de adaptação, de educação para vida; ora na perspectiva de formação específica para determinado posto de trabalho. Esta é uma contradição perceptível na fala dos entrevistados, que por atuarem em uma escola técnica, consideram-se comprometidos com a formação para o mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo reconhecem na formação para a cidadania o principal objetivo do processo educacional.

Com base nas concepções de educação que estiveram em disputa desde a Lei nº 5.692/1971 até o Decreto Federal nº 2.208/1997, pode-se perceber que no "chão" da escola estas concepções ainda permanecem em disputa. A ideia disseminada pela primeira, de que a formação seria o caminho para o sucesso, permanece intacta na fala dos entrevistados, cuja validação do conhecimento a ser transmitido encontra-se ancorada no que seria útil ao sujeito na vida e neste mercado de trabalho competitivo. Porém, a ideia de formação para a cidadania, transmuta-se completamente. Se na Lei nº 5.692/1971 seu pressuposto é a adaptação à realidade social e a despolitização dos estudantes, a LDBN nº 9.394/1996 dá indícios de uma formação para a transformação social, para o pensamento crítico e para a atuação consciente do sujeito.

Ainda que os entrevistados reconheçam o trabalho apenas em seu sentido histórico no modo de produção capitalista – o trabalho assalariado –, ao apelarem para a

necessidade da ciência enquanto fundamentos para a prática profissional, e da cultura para a sua atuação cidadã, reconhecem indiretamente o trabalho em seu sentido ontológico, bem como a relação entre essas três dimensões como princípio educativo. Pode-se considerar assim que, mesmo não sendo consciente de um projeto de formação politécnica nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, a preocupação com os novos modelos produtivos proporciona o vislumbre de uma formação politécnica. Isto, porém, só pode ser construído à medida que os docentes tomem consciência das necessidades sociais dos estudantes como sujeitos concretos e reconheçam que a formação deva permitir aos mesmos a possibilidade de escolhas em seus projetos de vida social.

Desta forma, quanto à concepção de educação, a pesquisa empírica revelou ser o pragmatismo e o utilitarismo o sentido filosófico hegemônico do projeto educacional para a educação profissional técnica de nível médio, indicando que o sentido difundido pela Lei nº 5.692/1971 ainda não foi plenamente superado, porém, ressaltam-se contradições virtuosas que possibilitam discutir novas perspectivas de formação humana e profissional. Esta constatação demonstra uma das razões para a elaboração da hipótese da pesquisa: a percepção primeira de que a implantação do integrado poderia estar representando muito mais a retomada e a reificação desse sentido tecnicista do que a de "travessia" enquanto transformação social.

Porém, indo-se além das superfícies do fenômeno, buscando-se captar suas mediações, identificamos as contradições destacadas anteriormente, que tencionam com esse sentido em benefício da concepção de politécnica. Portanto, o integrado constitui-se em possibilidade de superação da dualidade educacional, para além de sua faceta de reprodução, evidenciando que essas contradições virtuosas podem ser momentos fecundos para a disputa contra-hegemônica no interior das instituições.

A finalidade do conhecimento

Confrontando-se as finalidades formativas das Leis nº 5.692/1971, 7.044/1982 e 9.394/1996, e a regulamentação da educação profissional feita pelos Decretos Federais nº 2.208/1997 e 5.154/2004, percebemos que todas elas se manifestaram nas falas dos entrevistados, porém, com distintas ênfases. Isto demonstra uma ressignificação individual de cada docente em relação ao seu período formativo (graduação) e início profissional (tempo de docência).

Os entrevistados que relacionaram o integrado ao resgate do sentido da escola técnica em formar bons técnicos, foram aqueles que iniciaram seu exercício docente na década de 1980. Eles ressignificam o debate que naquele período travava-se entre a finalidade de preparação profissional ou para o prosseguimento dos estudos e a consolidação das escolas técnicas como as mais adequadas a ofertar o ensino profissionalizante, enquanto as demais deveriam apenas realizar uma habilitação básica que preparasse para o trabalho.

Os entrevistados que relacionaram o integrado como positivo por proporcionar uma formação mais completa, foram aqueles que iniciaram seu exercício profissional já na segunda metade da década de 1990. Eles ressignificam em sua atuação a questão da

formação por competências e da necessidade de adaptação constante as mudanças tecnológicas incorporadas ao mundo do trabalho, incorporando a perspectiva de uma formação ampliada numa visão sistêmica e flexível para atuação em diversos pontos da cadeia produtiva.

Outro ponto interessante a ressaltar constitui-se em como os entrevistados relacionam a formação integrada a uma formação mais completa e de certa forma para a cidadania. Isto, por um lado, demonstra a incorporação do discurso de que a formação é para vida, e dos quatro pilares formativos de "aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser" (DELORS, 1998), e por outro, que a transição para o pressuposto de uma formação humana integral com base na indissociabilidade entre trabalho manual e trabalho intelectual é realizável.

Por fim, ainda que os entrevistados não tenham claramente formada a concepção do trabalho enquanto princípio educativo na educação básica, ao relatarem sua prática docente demonstram que a mesma encontra-se em transição para a compreensão do trabalho em seu sentido ontológico. Eles relatam a necessidade de se perceber o trabalho em sentido "ampliado", do desenvolvimento de uma visão sistêmica ou do processo produtivo e não apenas como a qualificação para um posto de trabalho.

Entretanto, mesmo que a maioria dos entrevistados tenha identificado a formação integrada como virtuosa por proporcionar uma formação mais completa aos estudantes, a validação dos conhecimentos a serem transmitidos permanecem no plano do pragmatismo. Ou seja, os conhecimentos devem ser úteis ou para a inserção imediata no mercado de trabalho ou para o prosseguimento de estudos, o que, em última instância, objetiva o mercado. Percebemos que o sentido do conhecimento para a compreensão do mundo, para a formação e ação humanas como *práxis* demonstra-se subsumido ao sentido de adaptação polivalente aos projetos de vida individuais. Tem-se, assim, uma ressignificação da Teoria do Capital Humano pela Pedagogia das Competências.

Face ao exposto, parece-nos que a compreensão do sentido epistemológico da integração (RAMOS, 2013) é o maior desafio para a convergência da proposta educacional com a perspectiva da formação integrada. Em outras palavras, se em relação à concepção de educação (sentido filosófico) encontram-se contradições virtuosas, dada a necessidade de ampliação da formação defendida pelos docentes, sua concretização depende de avanços no plano epistemológico; depende de se compreender a historicidade dos conhecimentos e suas relações com a totalidade social. Assim, a pesquisa empírica sinalizou que esse problema precisa ser devidamente enfrentado para a construção de uma formação realmente integrada.

Sobre a organização curricular

Sob a ressignificação da Teoria do Capital Humano realizada pela Pedagogia das Competências e os princípios de interdisciplinaridade e contextualização, passaram a conviver no chão da escola com diversas concepções do que seria integração, ou como se daria a integração curricular. No plano da legislação vigente sob a égide do Decreto nº 2.208/1997, esta aconteceria à medida que fossem definidas as competências

necessárias a cada ano ou etapa de formação, nas quais, sob o princípio da interdisciplinaridade, as bases científicas, tecnológicas e instrumentais (não mais conteúdos de ensino) seriam organizados em áreas de conhecimento ou módulos; e, sob o princípio da contextualização, a realidade e os interesses dos alunos deveriam ser considerados no processo formativo.

No plano da prática docente, as competências eram elaboradas em função das disciplinas e de seus conteúdos já consagrados para figurarem no currículo; a integração materializava-se em projetos temáticos elaborados de acordo com o interesse dos estudantes ou com temas que os docentes acreditavam ser importantes para a formação desses sujeitos (princípio da contextualização). A partir dos temas agregavam-se as disciplinas afins (princípio da interdisciplinaridade).

Enfim, percebemos na fala dos entrevistados, quando sinalizam não ter havido mudanças consideráveis na organização curricular, por um lado, a permanência de uma visão múltipla sobre a integração, resultado da mudança de concepção de formação ocorrida quando se substituiu uma legislação por outra, porém utilizando-se dos mesmos termos. Por outro lado que, se a cada legislação se enunciaram novos sentidos e finalidades da educação, as mudanças não se efetivaram no chão da escola; mas, antes, hibridizaram-se na convivência de todas elas em consequência da prática docente individual.

Sobre a dualidade educacional

Em relação aos aspectos socioeconômicos da sociedade brasileira, em especial dos estudantes que buscam a formação técnica de nível médio, apenas um entrevistado demonstrou alguma reflexão. Ele expressou que a premência do trabalho para esses estudantes é latente, pressupondo que os eles buscam os cursos técnicos devido à necessidade de se inserirem no mercado de trabalho o quanto antes.

Os demais entrevistados não expõem claramente sua visão sobre esta questão, porém em suas respostas transparece a ideia de que a escola técnica tem a função de formar para o mercado de trabalho primordialmente. Apenas um entrevistado deixou claro que a principal função da educação é formar o aluno para realizar suas próprias escolhas.

Tendo em vista o relatado até este momento, pode-se perceber que há uma hibridização dos discursos docentes resultado de suas trajetórias pessoais em relação com os grupos nos quais se encontram inseridos. Sua concepção de educação enquanto formação relaciona-se ao seu próprio processo formativo, marcado para alguns por sucesso profissional, e para outros por alternativas ao projeto de vida inicial que se tornaram necessárias por questões principalmente econômicas. Assim, são sujeitos que trazem em seus discursos as marcas da sociedade brasileira, com suas desigualdades sociais.

Como os entrevistados são docentes em uma escola técnica estadual centenária, o projeto de educação no qual estes docentes estão inseridos traz as marcas de sua construção sociocultural, de uma educação destinada aos pobres e desvalidos e de caráter moralizante em sua fundação enquanto Casa São José, passando pelo

pensamento economicista de qualificação/adaptação para o trabalho expresso pela Teoria do Capital Humano enquanto Instituto Profissional Ferreira Viana, e na atualidade, como Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, em transição para uma formação flexível e ampliada pela Pedagogia das Competências. (DIÓGENES, 2015)

A partir do discurso dos entrevistados, pode-se perceber que apesar dos mesmos apresentarem uma concepção de escola técnica como aquela que forma para o mercado de trabalho, e desta forma, devendo adaptar-se constantemente às inovações tecnológicas para assim formar o técnico competente e capaz de se inserir neste mercado, os docentes trazem também a necessidade de ampliar a visão de mundo dos estudantes, tendo em vista que o técnico da atualidade precisa ir além do conhecimento para o posto de trabalho; ou melhor, reconhecem que os postos de trabalho, após a terceira revolução científica e tecnológica, exigem mais do que apenas a formação específica, e caracterizam essa ampliação da formação como formação para a vida ou para a cidadania. Logo, ainda que não expressem a dualidade educacional como uma dimensão social a ser superada, demonstram em seu posicionamento enquanto docente, que uma boa formação proporciona ao aluno maiores possibilidades de realizar escolhas futuras para seus projetos de vida.

Considerações finais

As falas dos professores demonstram que, mesmo desconhecendo o sentido ontológico do trabalho e associando trabalho apenas à atividade econômica, a relação trabalho-ciência-cultura tornou-se, na atualidade, uma necessidade da formação para o mundo do trabalho cada vez mais tecnológico. Isto sinaliza que mesmo a concepção de educação estando relacionada a um aspecto pragmático de formação utilitária para o mercado, o reconhecimento da necessidade de ampliação formativa traz em si a possibilidade de superação da dualidade e do tecnicismo educacional.

Os entrevistados reconheceram a necessidade de adaptação do estudante ao processo produtivo como a finalidade do conhecimento. Porém, quando descrevem esse processo, não sinalizam a polivalência como fim, mas sim uma formação que integre teoria e prática.

Pode-se perceber que ainda que seja sem clareza epistemológica ou pedagógica, os docentes indiretamente (ou inconscientemente) reconhecem que essa integração permite ao estudante perceber a relação de complementaridade entre os conhecimentos e entre teoria e prática. Por fim, ainda que sinalizem poucas mudanças na organização curricular, o que demonstra mais uma justaposição da formação básica com a formação técnica do que a formação integrada, reconhecem a positividade de uma formação na qual as áreas de conhecimento relacionem-se de forma intrínseca, e definem a interdisciplinaridade como o processo que permite demonstrar essas relações. Eles destacam que a rotina de trabalho, a quantidade de turmas e a falta de infraestrutura dificulta a realização de um trabalho mais integrado e mais centrado no aluno. Ao mesmo tempo, sinalizam que quando o professor reconhece essa necessidade, ele desdobra-se para realizar este trabalho e principalmente sinalizam que isto já acontece na unidade por meio dos projetos realizados.

Um entrevistado enfatizou muito bem que sempre que as mudanças vêm de cima para baixo pouco se muda no chão da escola; que é necessária a formação e principalmente discussão sobre essas questões gerais (filosóficas e epistemológicas) da integração para que assim efetivamente elas se realizem. Percebemos que quando essa discussão não acontece o projeto de formação da unidade perde-se em projetos individuais dos docentes que nela atuam. Assim sendo, convivem em um mesmo espaço formativo diversas visões de mundo, diversos projetos de sociedade, diversas formações.

Porém, essa diversidade presente no interior da unidade escolar torna-se terreno fértil para a disseminação de possibilidades, tal como um entrevistado ressaltou: "sempre na fase de planejamento procura-se integrar tudo, mas cada professor, aqui nessa escola, tem muita liberdade para trabalhar da sua maneira, não tem uma metodologia imposta, a gente vai trabalhando, um sabe o que o outro está fazendo." Esta liberdade de trabalho para os docentes é promotora do encontro entre o diverso que se afina, ou melhor, que se relaciona, e assim os projetos surgem, materializam-se. Ainda que se constituam iniciativas individuais de professores que têm afinidades formativas ou afetivas, com consciência do processo sócio-histórico da sociedade brasileira e de suas necessidades de superação, ou apenas para que assim o estudante seja inserido no mercado de trabalho com maior qualificação e competência, esses professores buscam desenvolver uma formação em seu sentido integral e permitindo que esses mesmos estudantes se posicionem no mundo de forma diferente.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 5154/2004**: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: MEC, 23 de julho de 2004.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. **Decreto nº 2.208/1998**: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 17 de abril de 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9394/1996**: Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 7044/1982**: Altera dispositivos da Lei 5692/71, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 5692/1971**: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

DIÓGENES, Douglas Eduardo da Conceição. **A reconstrução histórica da relação trabalho e educação na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana de 1888 até 1933**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino médio e educação profissional na produção flexível: a dualidade invertida. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n.8, p. 43-55, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://esforce.org.br>>.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Disponível em: <http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf> Acessado em 29/06/2013.

RAMOS, Marise. A reforma do ensino médio técnico nas Instituições Federais de Educação Tecnológica: da legislação aos fatos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 283-309.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 131-152, Março 2003.